



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Fazenda
Gabinete do Secretário

DOC0036212017

CEOF

OFÍCIO

Nº 192 / 2017-GAB/SEF

Brasília, 14 de março de 2017.

Senhor Deputado,

Em atendimento à solicitação de Vossa Excelência, presente no Ofício nº 02/2017-CEOF, de 7/3/2017, que trata da Audiência Pública a ocorrer em 17 de março de 2017, encaminho o anexo **Relatório de Gestão Fiscal do Distrito Federal Referente ao 3º Quadrimestre de 2016**, comprovando o cumprimento das **Metas Fiscais** daquele período, conforme dispõe o art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,


JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA
Secretário

Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

A Sua Excelência o Senhor

Deputado AGACIEL MAIA

Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Nesta



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL REFERENTE
AO 3º QUADRIMESTRE DE 2016**

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Distrito Federal no 3º trimestre de 2016, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o orçamento Fiscal e da Seguridade Social no mesmo exercício, em cumprimento ao que determina o § 4º do art. 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Os números aqui apresentados, pela relevância e de forma resumida, são originários dos relatórios bimestrais e trimestrais, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal nº 21, de 30 de janeiro de 2016, de acordo com o estabelecido no caput do art. 52 e § 2º do art. 55 da LRF.

Os dados, exclusivamente do Poder Executivo, incluem os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF transferidos para as áreas de saúde e educação e excluem as parcelas desses recursos destinadas aos órgãos de segurança, por não transitarem pelo orçamento fiscal e de seguridade social do Distrito Federal.

2. RECEITAS

As Receitas realizadas até o 3º trimestre do ano de 2016, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 26,3 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 1,52% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Foram realizadas 78,84% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2016.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 14,4 bilhões e R\$ 7,3 bilhões, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA					
RECEITAS	PREVISÃO 2016	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2016	REALIZADO (%)	2015	VARIÇÃO NOMINAL 2016/2015(%)
RECEITAS CORRENTES	28.522.887	25.683.444	90,05	25.132.500	2,19
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	15.005.694	14.355.151	95,66	13.155.462	9,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.490.903	1.674.441	67,22	1.794.622	-6,70
RECEITA PATRIMONIAL	832.746	788.956	94,74	716.834	10,06
RECEITA AGROPECUÁRIA	12	10	82,94	12	(13,32)
RECEITA INDUSTRIAL	11	2.109	18.399,25	1.643	28,33
RECEITA DE SERVIÇOS	583.815	479.657	82,16	409.469	17,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.733.632	7.295.351	94,33	7.893.819	(7,58)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.876.074	1.088.758	58,03	1.161.122	(6,23)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	-	-	0,00	-483	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-988	0,00	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	3.019.411	577.075	19,11	744.508	(22,49)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.472.502	100.106	6,80	580.745	(82,76)
ALIENAÇÃO DE BENS	590.303	14.732	2,50	581	2.436,44
AMORTIZAÇÕES	80.707	140.353	173,90	51.155	174,37
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.791	149.352	29,13	58.349	155,96
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	363.108	172.532	-	53.678	221,42
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	1.808.442	32.866	1,82	22.255	47,68
TOTAL	33.350.740	26.293.386	78,84	25.899.263	1,52

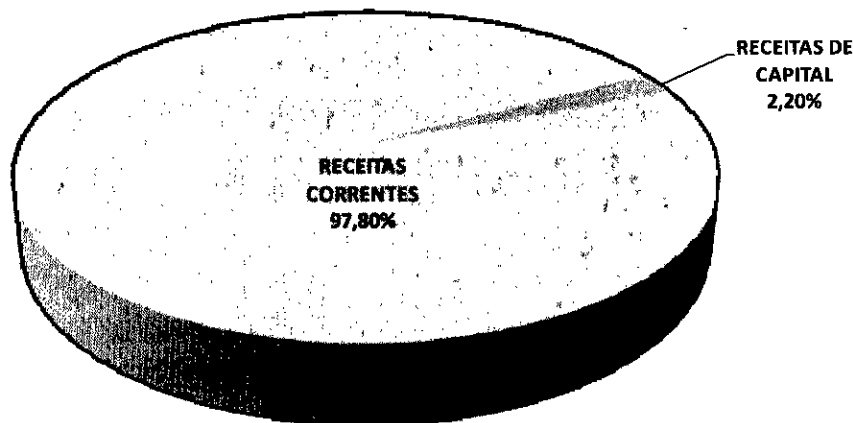
FONTE: RREO 6º Bimestre /2016

2.1. RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes são realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias, legais e outras.

Foram realizados, nesta categoria, R\$ 25,7 bilhões, equivalente a 90,0% das receitas correntes anuais previstas e representando uma variação nominal positiva de 2,19%, em relação ao mesmo período de 2015.

O gráfico abaixo demonstra a participação percentual das receitas correntes realizadas no ano de 2016, em relação ao total arrecado pelo DF:





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

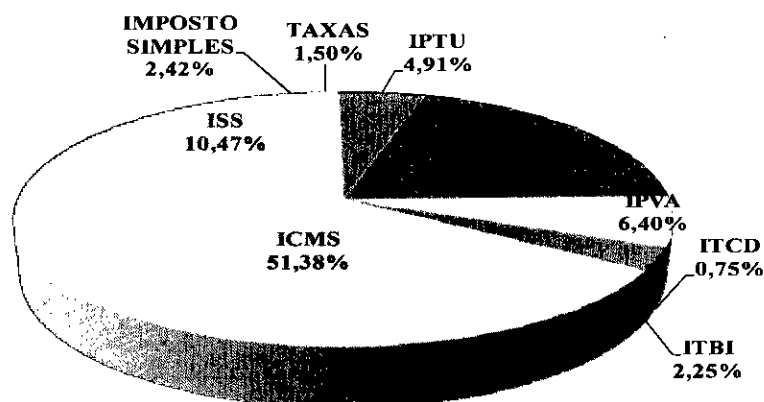
2.1.1. RECEITAS TRIBUTÁRIAS

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 14,4 bilhões, com um aumento nominal de 9,11% na arrecadação em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior, conforme apresentado no quadro seguinte:

RECEITA TRIBUTÁRIA					
Em mil Reais					
RECEITAS	PREVISÃO 2016	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2016	REALIZADO (%)	2015	VARIAÇÃO NOMINAL 2016/2015 (%)
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.005.691	14.355.151	95,66	13.155.462	9,12
IPTU	620.789	704.910	113,55	596.070	18,26
IRRF	3.738.505	2.858.091	76,45	2.862.951	(0,17)
IPVA	934.814	918.686	98,27	782.035	17,47
ITCD	81.181	109.201	134,52	133.417	(18,15)
ITBI	512.084	322.855	63,05	306.014	5,50
ICMS	6.918.839	7.375.552	106,60	6.481.462	13,79
ISS	1.591.184	1.503.033	94,46	1.459.916	2,95
IMPOSTO SIMPLES	391.168	347.899	88,94	339.868	2,36
TAXAS	217.126	214.923	98,99	193.728	10,94

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016

O gráfico a seguir destaca a participação percentual das receitas tributárias realizadas no ano de 2016:



Na comparação acumulada de janeiro a dezembro de 2016 com correspondente período de 2015, observam-se acréscimos reais significativos de ICMS de 4,0% (+R\$ 291,6 milhões), decorrente de medidas legislativas implementadas em dezembro de 2015; de IPTU/TLP de 7,7% (+R\$ 60,7 milhões); e de IPVA de 6,9% (+R\$ 61,0 milhões), decorrente do incremento de alíquota promovido pela Lei nº 5.452/2015.

Por outro lado, foram registradas quedas reais expressivas de arrecadação do IRRF de 8,7% (-R\$ 276,6 milhões), provavelmente devido às medidas de contenção com despesa de pessoal; da Dívida Ativa de 24,9% (-R\$ 100,9 milhões), decorrente da elevada base comparativa de 2015 alavancada pelo programa de recuperação de créditos REFIS; do ISS de 5,8% (-R\$ 93,5 milhões); do Simples Nacional de 6,4% (-R\$ 24,1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

milhões), decorrentes do cenário econômico; do ITCD (-R\$ 35,7 milhões), apesar da implementação da progressividade do imposto através da Lei nº 5.549/2015; como também do ITBI de 3,6% (-R\$ 12,3 milhões), apesar do incremento de alíquota promovido pela Lei 5.452/2015, devido à deterioração do mercado imobiliário. Para esses dois últimos impostos, foi verificada redução na quantidade de transações tributadas¹.

2.1.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As Transferências Correntes representaram 35,85% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, totalizando, no 3º Quadrimestre do exercício de 2016, R\$ 9,2 bilhões, já deduzidas as receitas para formação do FUNDEB (R\$ 1,9 bilhão).

Com relação ao mesmo período de 2015, verificou-se um decréscimo nominal em torno de 5,09%.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
Em mil Reais					
RECEITAS	PREVISÃO 2016	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2016	REALIZADO (%)	2015	VARIAÇÃO NOMINAL 2016/2015 (%)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.526.671	9.208.666	96,66	9.702.758	(5,09)
FPE	590.084	599.740	101,64	527.189	13,76
FPM	158.007	166.349	105,28	142.544	16,70
SALÁRIO EDUCAÇÃO	351.319	337.955	96,20	334.760	0,95
ITR	1.731	1.013	58,52	1.074	(5,71)
IPI EXPORTAÇÃO	4.460	7.026	157,53	7.277	(3,44)
LEI 87/96 - LEI KANDIR	33.290	15.790	47,43	15.790	-
TRANSF. FUNDEB	1.793.039	1.913.315	106,71	1.808.939	5,77
FCDF - SAÚDE E EDUCAÇÃO	5.278.208	5.278.208	100,00	6.103.357	(13,52)
RECURSOS DO SUS	720.492	729.579	101,26	638.467	14,27
CONVÊNIOS	312.926	52.153	16,67	42.002	24,17
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	283.114	107.537	37,98	81.358	32,18

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016

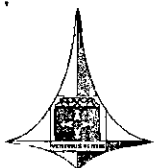
As transferências do FCDF para assistência financeira à saúde e à educação atingiu o montante de 5,3 bilhões, valor idêntico ao previsto para o exercício. O item Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS atingiu R\$ 729 milhões, representando um acréscimo de 14,27% se comparado ao mesmo período de 2015, tendo realizado 101,26% da receita prevista para o exercício de 2016.

Outro item significativo foi o Fundo de Participação dos Estados – FPE, que contribuiu com 6,51% do total realizado das transferências correntes e apresentou uma variação nominal positiva de 13,76% em relação ao ano anterior.

Além disso, devem ser levadas em consideração as transferências para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, que contribuíram com a participação de 20,78% das receitas totais nesse grupo de transferências, com crescimento nominal de 5,77% em relação a 2015.

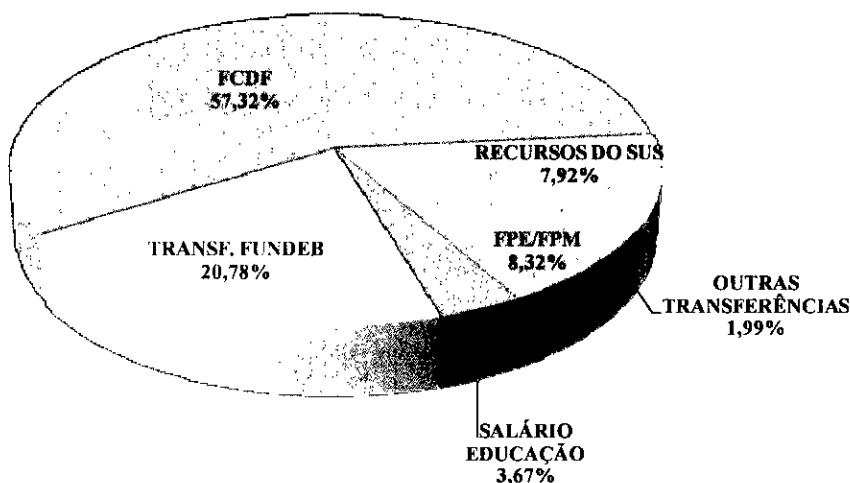
¹

Texto extraído do relatório "ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL", elaborado pela AEF/SEF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

O gráfico a seguir destaca a participação percentual das transferências correntes realizadas no ano de 2016:



2.2. RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital atingiram o valor de R\$ 577 milhões e contemplaram os ingressos referentes às Operações de Crédito – R\$ 100 milhões, Alienação de Bens – R\$ 14,7 milhões, Amortizações de Empréstimos – R\$ 140,4 milhões e Transferências de Capital – R\$ 149,4 milhões.

Foram realizados nessa rubrica 19,11% da previsão anual. Contribuiu para o baixo desempenho a superestimativa das receitas, principalmente as de operações de crédito – R\$ 1,5 bilhão e das – R\$ 513 milhões, associada à rigidez das regras para aprovação de novas operações de crédito e liberação de convênios no âmbito do Governo Federal.

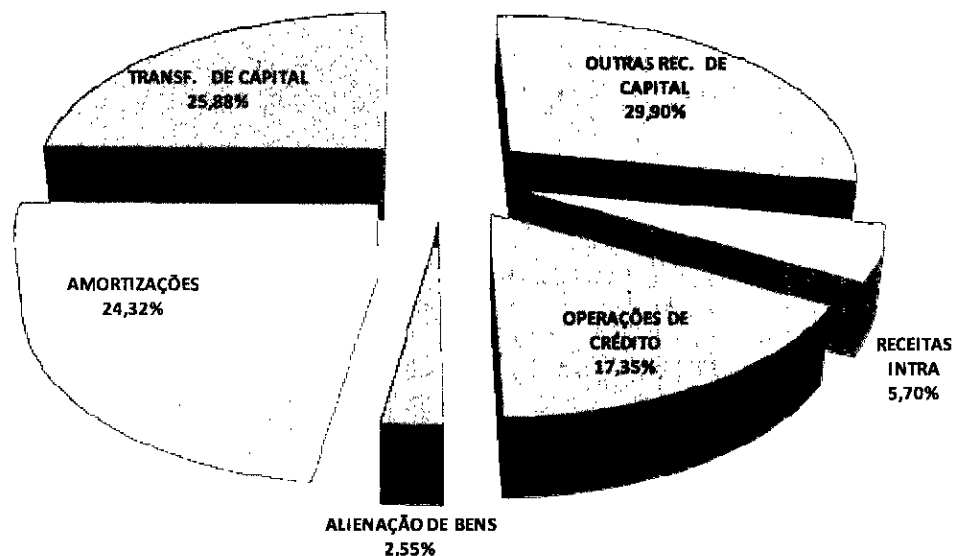
RECEITAS DE CAPITAL				Em mil Reais	
RECEITAS	PREVISÃO 2016	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2016	REALIZADO (%)	2015	VARIACÃO NOMINAL 2016/2015 (%)
RECEITAS DE CAPITAL	3.019.411	577.075	19,11	744.508	(22,49)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.472.502	100.106	19,05	580.745	(101,15)
<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS</i>	1.324.145	80.902	6,11	557.977	(85,50)
<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS</i>	148.357	19.204	12,94	22.768	(15,65)
ALIENAÇÃO DE BENS	590.303	14.732	2,50	581	2.436,44
AMORTIZAÇÕES	80.707	140.353	173,90	51.155	174,37
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.791	149.352	29,13	58.349	155,96
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	363.108	172.532	-	53.678	-
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	1.808.442	32.866	1,82	22.255	-

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

O gráfico a seguir destaca a participação percentual das receitas de capital realizadas no ano de 2016.



3. DESPESAS

As despesas empenhadas até o 3º quadrimestre de 2016 totalizaram R\$ 26,4 bilhões, correspondentes a 75,15% da dotação autorizada para o exercício.

Observa-se um decréscimo de 4,65% se comparado ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado na planilha a seguir.

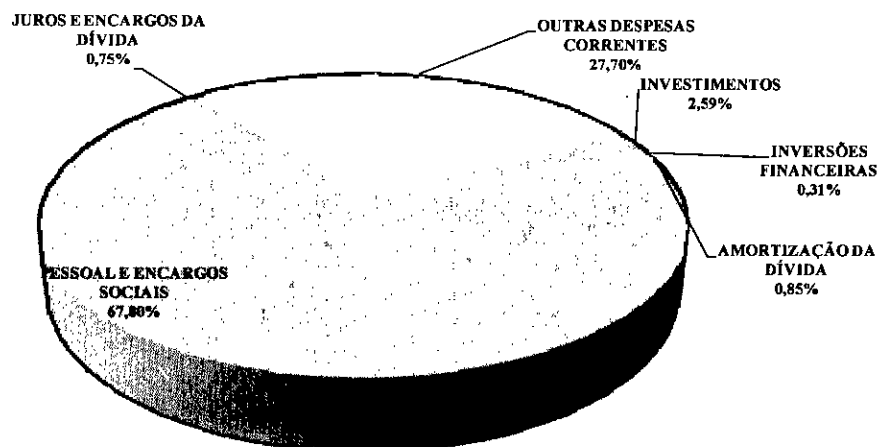
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA					Em mil Reais
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA 2016	DESPESA EMPENHADA - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2016	REALIZADA (%)	2015	VARIAÇÃO 2016/2016(%)
DESPESAS CORRENTES	30.202.743	25.426.328	84,19	26.708.474	(4,80)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.290.359	17.910.687	84,13	19.672.023	(8,95)
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	236.375	197.128	83,40	230.085	(14,32)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.676.008	7.318.513	84,35	6.806.366	7,52
DESPESAS DE CAPITAL	4.272.752	991.048	23,19	998.645	(0,76)
INVESTIMENTOS	3.600.635	684.712	19,02	674.404	1,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	363.183	82.072	22,60	85.420	(3,92)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	308.934	224.264	72,59	238.821	(6,10)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	675.051	-	-	-	0,00
TOTAL	35.150.545	26.417.376	75,15	27.707.119	(4,65)

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Quanto à composição das despesas, demonstrada no gráfico seguinte, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detêm 67,8% de participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 27,7%, Investimentos e Inversões Financeiras, com 2,9%, e Serviço da Dívida, com 1,6%.



3.1. DESPESAS CORRENTES

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No período analisado, as despesas correntes totalizaram R\$ 25,4 bilhões, representando uma realização de 84,19% do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 17,9 bilhões, correspondendo a 84,13% da previsão anual e 8,95% de decréscimo nominal em relação ao mesmo período de 2015.

Os Juros, Encargos e Amortizações da Dívida somaram R\$ 421,4 milhões, correspondendo a 77,3% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos a R\$ 7,3 bilhões, corresponderam a 84,4% do fixado para o ano, e apresentaram um aumento nominal de 7,5% em relação ao mesmo período de 2015.

3.2. DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 991 milhões. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 684,7 milhões, seguido da amortização da dívida pública de R\$ 224,2 milhões e de inversões financeiras que ficaram em torno de R\$ 82,0 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

O baixo desempenho desse grupo de despesa pode ser atribuído às frustrações das receitas, principalmente as de Operações de Crédito – R\$ 1,4 bilhão e das Transferências de Capital – R\$ 512,7 milhões, conforme citado anteriormente, o que levou ao decréscimo na execução deste grupo de despesas, em relação a 2015, haja vista a alta dependência destes gastos às receitas às quais são vinculadas e que não foram realizadas em 2016.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPESAS DE CAPITAL					Em mil Reais
DESPESAS	PREVISÃO 2016	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2016	REALIZADO (%)	2015	VARIAÇÃO NOMINAL 2016/2015 (%)
DESPESAS DE CAPITAL	4.272.752	991.048	23,19	998.645	(0,76)
INVESTIMENTOS	3.600.635	684.712	19,02	674.404	(10,02)
INVERSÕES FINANCEIRAS	363.183	82.072	22,60	85.420	(3,92)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	308.934	224.264	72,59	238.821	(6,10)

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016

4. RESULTADO PRIMÁRIO (Resultado Fiscal)

Por definição, o resultado primário tem como finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida, verificar o grau de autonomia do Ente - para que com suas receitas próprias e transferências constitucionais/legais possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal) e despesas de capital (incluídos os investimentos), bem como gerar poupança para atender ao serviço da dívida.

Sob esse prisma, ainda que do ponto de vista orçamentário, no fim do 3º quadrimestre de 2016, o Distrito Federal tenha apresentado uma Receita Total realizada de R\$ 26,3 bilhões contra uma Despesa Total empenhada de R\$ 26,4 bilhões, gerando um déficit orçamentário na ordem de R\$ 124 milhões, o resultado primário foi de R\$ 686 milhões negativos, superior à meta anual estabelecida na LDO/2016 (R\$ 1,9 bilhão).

Esse resultado foi extremamente influenciado pelo empenho de despesas com a folha de pagamento salarial dos servidores distritais de competência do mês de dezembro/2015, naquele próprio mês, em obediência às normas estabelecidas na Lei 4.320/1964.

Tal ação teve por objetivo acabar de vez com a sistemática de execução orçamentária que vinha sendo utilizada no DF, principalmente nas áreas da saúde e educação, que era a de se empenhar no exercício seguinte as folhas de competência de dezembro do ano anterior.

Os dados alcançados estão expostos na tabela a seguir.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	Em mil Reais		
	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2015	2016	VARIAÇÃO NOMINAL 2016/2015 (%)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	24.593.677	24.976.339	0,02
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	112.027	322.205	1,88
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	24.705.704	25.298.544	0,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	26.478.389	25.229.200	(0,05)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	752.541	755.529	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	27.230.930	25.984.729	(0,05)
RESULTADO PRIMÁRIO	(2.525.226)	(686.185)	0,73
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT)	1.535.914	1.211.256	(0,21)

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016

5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram acima do limite prudencial estabelecido pela LRF em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, alcançando 46,82 % da Receita Corrente Líquida apurada de R\$ 19,8 bilhões.

Entretanto, o índice apresenta-se inferior ao máximo estabelecido pela LRF, o que demonstra que as ações implementadas por este Governo foram efetivas na busca do equilíbrio dos indicadores fiscais.

LRF, art. 48 - Anexo VII

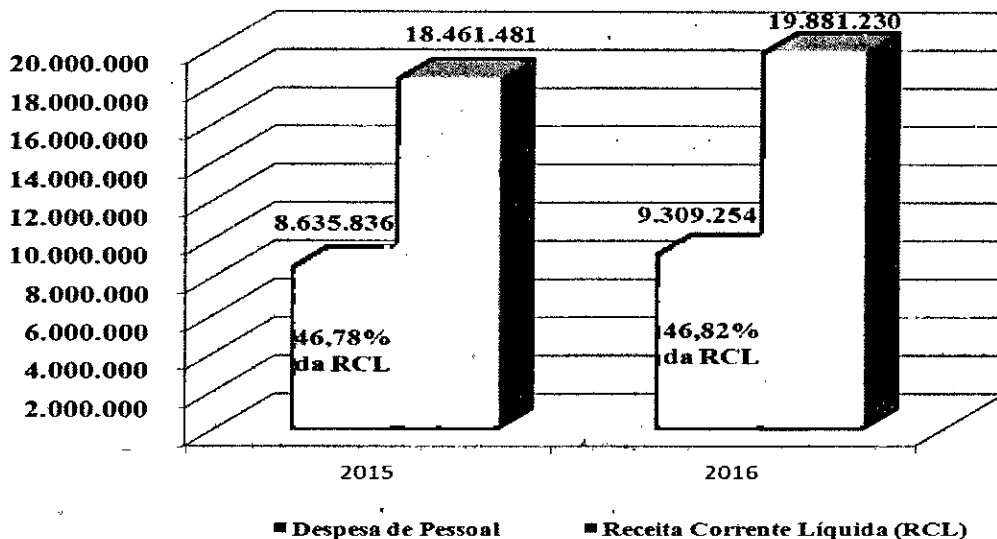
DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	ÚLTIMOS 12 MESES			
	3º Q/2015		3º Q/2016	
	RS Mil	% sobre a RCL	RS Mil	% sobre a RCL
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	8.635.836	46,78%	9.309.254	46,82%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	9.046.126	49,00	9.741.803	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	8.593.819	46,55	9.254.713	46,55

FONTE: RGF 3º Quadrimestre /2016

O gráfico a seguir demonstra o índice da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida até o 3º quadrimestre de 2016 comparativamente ao mesmo período de 2015.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO



6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino as relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção dos ensinos, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Até o terceiro quadrimestre de 2016, as despesas líquidas com manutenção e desenvolvimento do ensino totalizaram R\$ 4,2 bilhões, o que representa 27,22% da Receita Líquida de impostos e transferências, ficando esse indicador acima do limite mínimo constitucional de 25%, demonstrando o compromisso deste Governo com a melhoria dos indicadores educacionais no DF.

Vide quadro demonstrativo:

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO EM MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO				Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			LIMITE MÍNIMO
	2015	2016		
TOTAL DA RECEITA COMPATÍVEL EM MDE	14.125.093	15.369.911		25%
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE	3.531.273	3.842.478		
DESPESAS REALIZADA EM MDE	3.992.322	4.184.172		
% APLICADO NO MDE	28,26%	27,22%		

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em 2016 foram realizadas despesas no montante de R\$ 17 milhões acima do limite mínimo de aplicação de R\$ 1,9 bilhão.

Foi atendido também o limite mínimo de 60% a ser aplicado com o pagamento de profissionais do magistério da educação básica, com um percentual de 95,99%, superior ao limite mínimo estabelecido, de acordo com o quadro a seguir:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB			Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2015	2016	
RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB	1.673.110	1.891.859	
DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.812.719	1.909.225	
RESULTADO APURADO NO FUNDEB	139.609	17.367	
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (60% DA RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB)	1.003.866	1.135.115	
PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.728.799	1.816.024	
% APLICADO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA X RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB (MÍNIMO LEGAL - 60%)	103,33%	95,99%	

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016

7. DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde, aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 – Saúde e na função 28 – Encargos Especiais, desde que estejam relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e que estejam alocadas no Fundo de Saúde.

Conforme apresentado no quadro a seguir, em 2016 foi destinado às despesas com saúde o montante de R\$ 2,8 bilhões, correspondendo a um superávit de R\$ 847 milhões, ultrapassando com folga os percentuais mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000.

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000				Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
	2016	2015	VARIÇÃO NOMINAL 2016/2015 (%)	
I - RECEITA - BASE DE CÁLCULO ESTADUAL - B.E.	9.296.157	10.084.986	8,49%	
II - RECEITA - BASE DE CÁLCULO MUNICIPAL - B.M.	4.788.208	5.264.878	9,96%	
III - RECURSOS MÍNIMOS A APLICAR (12% DA B.E + 15% DA B.M.)	1.833.770	1.999.930	9,06%	
IV - APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	2.998.653	2.847.289	-5,05%	
V - SUPERÁVIT (IV - III)	1.164.883	847.359		

FONTE: RREO 6º Bimestre /2016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

8. DÍVIDA PÚBLICA

Ao fim do 3º quadrimestre de 2016, a Dívida Consolidada Bruta apresentou saldo de R\$ 7,3 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões originários da dívida interna, R\$ 806,8 milhões da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no valor de R\$ 3,6 bilhões.

Comparando-se este saldo com aquele obtido no fim do exercício de 2015, verifica-se que houve um decréscimo da dívida consolidada bruta na ordem de 3,72%. Vejamos:

ESTOQUE DA DÍVIDA			Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO		VARIAÇÃO NOMINAL (%)
	31/12/2015	31/12/2016	
INTERNA	3.512.484	2.871.026	(18,26)
EXTERNA	1.026.234	806.795	(21,38)
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	3.024.250	3.603.915	19,17
TOTAL	7.562.968	7.281.735	(3,72)

FONTE: RGF 3º Quadrimestre /2016

Observa-se que o quadro acima demonstra uma queda da dívida pública distrital na ordem de 3,72%. Contudo, esse decréscimo pode ser justificado por dois motivos: baixo ingresso de recursos derivados da contratação de novas operações de crédito, cerca de R\$ 100 milhões, bem como da variação cambial, dado que a dívida externa do DF é contratada com base na taxa de câmbio flutuante.

Em dezembro de 2015, a taxa de câmbio contratada pelo Distrito Federal foi de R\$ 3,9098 e em dezembro de 2016 passou para R\$ 3,2591.

Esse foi o indicador que corrigiu o saldo devedor de todos os contratos de empréstimos externos assinados.

8.1. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A tabela a seguir demonstra que as finanças do Distrito Federal possuem baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Ao final do 3º quadrimestre de 2016, essa relação correspondeu a 29,89%, bastante inferior ao limite definido pelo Senado Federal de 200% da RCL.

Dado esse baixo valor, podemos concluir que o Distrito Federal possui uma excelente capacidade de endividamento. Isto é, o Distrito Federal possui grande margem para captação de recursos de terceiros sem que possa comprometer os limites legais estabelecidos na legislação vigente.

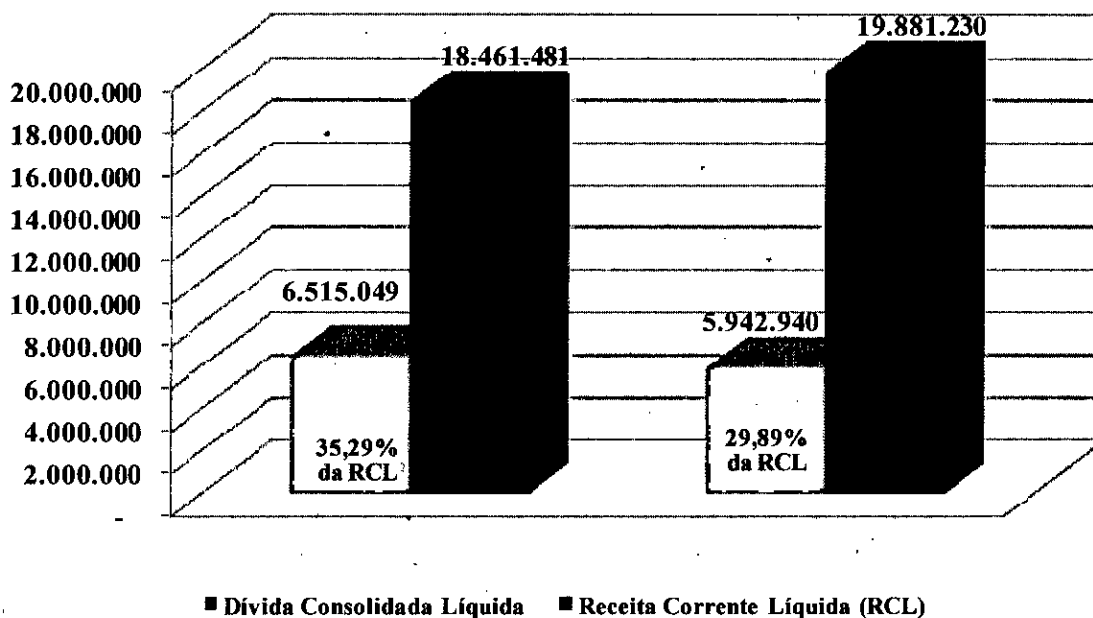


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA		Em mil Reais		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2015		31/12/2016	
	R\$ Mil	% sobre a RCL	R\$ Mil	% sobre a RCL
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.515.049	35,29	5.942.940	29,89
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.461.481		19.881.230	
LÍMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	36.922.962	200,00	39.762.460	200,00

FONTE: RGF 3º Quadrimestre /2016

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida no 3º quadrimestre de 2016 comparativamente ao exercício de 2015:



8.2. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal, conforme quadro seguinte, mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos, ou seja, indica em quanto a dívida de um ente público aumentou ou reduziu, nominalmente, num determinado exercício ou período de tempo:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

RESULTADO NOMINAL			Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		EVOLUÇÃO DA DÍVIDA
	31/12/2015	31/12/2016	2015 - 2016
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	7.562.968	7.281.735	
DÍVIDA CONTRATUAL:	4.538.718	3.677.821	
<i>EM CONTRATOS INTERNA</i>	3.512.484	2.871.026	
<i>EM CONTRATOS EXTERNA</i>	1.026.234	806.795	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	3.024.250	3.603.915	
II - DEDUÇÕES	1.047.919	1.338.796	
ATIVO DISPONÍVEL	1.387.343	1.605.542	
HAVERES FINANCEIROS	609.768	719.543	
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	949.193	986.289	
III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.515.049	5.942.940	
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA			(572.109)

FONTE: RGF 3º Quadrimestre /2016

Até o 3º quadrimestre de 2016, o resultado nominal foi de R\$ 572 milhões negativos, indicando que houve um decréscimo da dívida neste montante, em relação ao exercício anterior, pelas razões já explicadas no item 8.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A tabela a seguir demonstra o ingresso das receitas com operações de crédito. Verifica-se que as finanças do Distrito Federal apresentam baixa relação entre o valor das Operações de Crédito e a Receita Corrente Líquida, em cumprimento ao art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c'.

Ao fim do 3º quadrimestre de 2016, essa relação correspondeu a 0,4%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, que é de 16%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	80.106	0,40%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	19.881.230	
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.180.997	16,00%

FONTE: RGF 3º Quadrimestre /2016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

10. CONCLUSÃO

No fim do 3º quadrimestre de 2016, o Distrito Federal apresentou uma Receita Total realizada de R\$ 26,3 bilhões contra uma Despesa Total empenhada de R\$ 26,4 bilhões, gerando um déficit orçamentário na ordem de R\$ 100 milhões.

Dentre as receitas totais realizadas, destacamos a receita tributária, com uma participação de 54,59%, seguida das Transferências Correntes com 27,75% do total. O ICMS, representando 51,38% da Receita Tributária realizada, foi o imposto que mais arrecadou. Entre as Transferências Correntes, destacamos os Recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS com uma arrecadação de R\$ 729 milhões, bem como as transferências do FCDF para as áreas de saúde e educação, no valor de R\$ 5,3 bilhões.

Em relação às Despesas Empenhadas, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detiveram 67,8% da participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 27,70%.

As despesas com Pessoal, com o índice de 46,82% da Receita Corrente Líquida de R\$ 19,9 bilhões, posicionaram-se abaixo do limite legal permitido pela LRF, de 49%, embora acima do limite prudencial de 46,55%.

Do ponto de vista do cumprimento dos indicadores de gestão fiscal, disciplinados pela LRF, a tabela abaixo mostra um resumo comparativo dos valores da determinação legal e dos valores apurados, demonstrando a evolução do exercício 2015 para o de 2016:

RESUMO DOS INDICADORES FISCAIS	QUADRIMESTRES (Em milhões)			
	3º Q/2015		3º Q/2016	
	R\$	% da RCL	R\$	% da RCL
DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO				
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	8.635.836	46,78%	9.309.254	46,82%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	9.046.126	49,00%	9.741.803	49,00%
Limite Prudencial(§ único, art. 22 da LRF)	8.593.819	46,55%	9.254.713	46,55%
Saldo (limite prudencial menos executado)	(42.016)	-0,23%	(54.542)	-0,27%
DÍVIDA CONSOLIDADA				
Dívida Consolidada Líquida	4.657.950	25,23%	5.942.940	29,89%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	36.922.962	200,00%	39.762.460	200,00%
Saldo (limite definido pelo Senado menos executado)	32.265.012	174,77%	33.819.520	170,11%
GARANTIAS DE VALORES				
Total das Garantias	206.988	1,12%	208.969	1,05%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.061.526	22,00%	4.373.871	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Operações de Crédito Internas e Externas	580.745	3,15%	80.106	0,40%
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito Internas e Externas	2.953.837	16,00%	3.180.997	16,00%
Operação de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito por Antecipação de Receita	1.292.304	7,00%	1.391.686	7,00%
LIMITES DA EDUCAÇÃO				
MDE	MÍNIMO 25,00%	APURADO 28,26%	MÍNIMO 25,00%	APURADO 27,22%
FUNDEB	1.003.866	1.812.719	1.135.115	1.909.225
Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica	60,00%	103,33%	60,00%	95,99%
LIMITES DA SAÚDE				
Aplicação em ações de serviços públicos de saúde	MÍNIMO 1.833.770	APURADO 2.998.653	MÍNIMO 1.999.930	APURADO 2.847.289

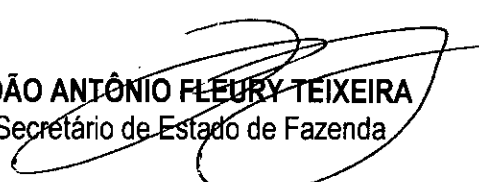
Fonte: RREO/RGF2016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Diante do exposto, verifica-se que os números apurados apontam para o cumprimento das metas fiscais no 3º Quadrimestre do exercício de 2016, com exceção do índice de pessoal, que ultrapassou o limite prudencial.

Todavia, o Governo continua envidando esforços no sentido de reenquadrar o referido indicador ao limite determinado pela LRF.


JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA
Secretário de Estado de Fazenda